



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Conforme Lei Municipal nº 5819, 22 de março de 2021.

Sexta-feira, 16 de Junho de 2023

Ano 2023 - Edição nº 89/2023

www.cacapava.sp.gov.br | www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial

SUMÁRIO

DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO	2 à 2
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO	3 à 3
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO	4 à 4
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS	5 à 5
LEI Nº 6066, DE 14 DE JUNHO DE 2023	6 à 7
LEI COMPLEMENTAR Nº 358, DE 14 DE JUNHO DE 2023	8 à 15
EXTRATO DE TERMO ADITIVO	16 à 16

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Caçapava, veicula do exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.cacapava.sp.gov.br Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Caçapava

CNPJ: 45.189.305/0001-21

Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243

Telefone: (12) 3654-6600

Câmara Municipal de Caçapava

CNPJ: 48.408.496/0001-63

Endereço: Praça da Bandeira, 151

Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)

CNPJ: 50.453.703/0001-43

Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava - SP - CEP: 12281-450

Telefone: (12) 3654-8800 - comunicacao@fusam.com.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Caçapava garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.cacapava.sp.gov.br compilado e também disponível em www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial.

DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO

Caçapava - Edição nº 89, 16 de Junho de 2023

DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO

Processo Administrativo nº 2138/2023

Pregão Eletrônico nº 023/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA COM EQUIPE DE CONTROLE DE ACESSO E APOIO.

A Prefeitura Municipal de Caçapava, por meio da Secretaria Municipal de Gestão Pública, em conjunto com a Procuradoria Geral do Município e com base no Parecer Jurídico juntado aos autos, vem neste instrumento tornar público a **DECISÃO** do pedido de **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** da empresa **REVAG SEGURANÇA PRIVADA LTDA**, portadora do CNPJ nº **45.614.339/0001-16**, Impugnação tempestiva.

- Decidimos pela **PROCEDÊNCIA** ao pedido de impugnação ao edital, haja vista as seguintes considerações:

- Considerando que as empresas participantes do certame não possuem autorização para exercer as Atividades de Segurança Patrimonial, não possuem os devidos Certificados de Segurança e também apresentaram orçamentos que não condizem com os valores do mercado de trabalho.

Desta forma, decidimos pelo **PROVIMENTO** do pedido, de acordo com a manifestação da Procuradoria Jurídica Municipal.

Caçapava, 16 de junho de 2023.

Marcos Eduardo Bertti***Secretário Municipal de Gestão Pública***

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Caçapava - Edição nº 89, 16 de Junho de 2023

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**Processo Administrativo N.º** 5112/2023**Modalidade:** INEXIGIBILIDADE – Art. 74, caput, da Lei Federal N. 14.133/2021.**Contratante:** Município de Caçapava – **CNPJ:**45.189.305/0001-21**Contratada:** ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – ECAD – **CNPJ:** 00.474.973/0001-62**Objeto:** RECOLHIMENTO DE DIREITOS AUTORAIS PARA A PROGRAMAÇÃO MUSICAL, ARTÍSTICA E CULTURAL DO FESTIVAL DE SÃO JOÃO DE CAÇAPAVA – **INEXIGIBILIDADE N.º**021/2023**Valor Total:** R\$ 47.522,98

Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Caçapava - Edição nº 89, 16 de Junho de 2023

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 044/2023, Processo Interno nº 3444/2023

Tendo por objeto Aquisição de Pedestais Organizadores de Fila, conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório e anexos. A Prefeita HOMOLOGA o objeto à empresa: **NOG COM. VARIEDADES LTDA**, para o fornecimento do Lote 01, no valor total de R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais), conforme a proposta de preços apresentada e acostada aos autos.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº 1559/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PPCI – PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E SPDA SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS AFIM DE ADEQUAR E REGULARIZAR AS EDIFICAÇÕES

Aos 16 dias de junho de 2023, às 15h, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Caçapava, sito à Rua Capitão Carlos de Moura, nº 243, Vila Pantaleão, Caçapava / SP, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 22/GAB, de 13 de abril de 2023, composta pelos seguintes membros presentes: Sr. Felipe Rodrigues Miranda dos Santos – Membro, Sr. Caio Luiz Storto Santos – Membro e Jonatas William Silva - Membro para proceder à abertura do envelope de proposta de preço, da licitação sob a modalidade Tomada de Preços nº 004/2023, para contratação de empresa para a execução dos serviços acima citados.

Após decorrido o prazo recursal, e com a devida publicação do aviso de abertura dos envelopes de preços, no momento da sessão, foi constatado que os envelopes estavam devidamente lacrados. A Comissão de Licitação, procedeu com a abertura da proposta da empresa habilitada, chegando-se ao seguinte resultado classificatório:

EMPRESA	VALOR TOTAL
1º colocado: Habiltech Engenharia Ltda CNPJ: 33.872.983/0001-05	R\$ 52.844,00

Conforme estabelecido no Edital o preço proposto inclui todos os custos necessários à Prestação dos Serviços licitados pela Prefeitura Municipal, todos os tributos incidentes, encargos diversos, seguros, deslocamento até o local de execução e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no custo final do objeto da licitação.

Não havendo necessidade de ser suspensa a licitação para análise das propostas, ou para a realização de diligências ou consultas, a Comissão comunicará a decisão e classificação, baseada nos fatores e critérios estabelecidos no edital.

Tendo em vista o critério de menor preço global, a Comissão considerou vencedora a empresa Habiltech Engenharia Ltda.

Após decisão sobre a classificação da proposta da empresa, a comissão publicará o resultado, ficando estabelecido o prazo recursal.

Após vencido o prazo recursal, o Processo será encaminhado à Sra. Prefeita Municipal, que nos termos da Lei, poderá HOMOLOGAR E ADJUDICAR o resultado no prazo legal, ou REVOGAR a Licitação, havendo interesse público decorrente de fato superveniente, pertinente e suficiente.

E, para constar, foi lavrada a presente ata, que será assinada por todos os presentes.

A comissão tornará público o resultado desta sessão.

LEI Nº 6066, DE 14 DE JUNHO DE 2023

Projeto de Lei nº 52/2023

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Dispõe sobre as Logomarcas Oficiais do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas e da Capital Nacional do Antigomobilismo e dá outras providências.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº 6066

Art. 1º. Fica criada a logomarca oficial do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee.

- **1º.** O desenho da logomarca, de conformidade com o projeto anexo, é composto por um veículo antigo, sendo o mesmo utilizado desde a época de sua fundação, em 1963, possui o nome do Museu Roberto Lee, criado pela Lei Municipal nº 5838, de 29 de junho de 2021, o ano de fundação e a cidade de Caçapava SP.
- **2º.** A logomarca oficial do museu é exclusiva do Poder Público Municipal e deverá ser utilizada por meio de impressos oficiais; em feiras, convenções ou eventos similares; nos veículos oficiais; na divulgação, publicidade e propaganda institucional e demais meios de comunicação, inclusive virtuais.

Art. 2º. Fica criada a logomarca oficial da Capital Nacional do Antigomobilismo, em alusão ao Título de Capital Nacional do Antigomobilismo, proferido pela Lei Federal nº 13.244, de 12 de janeiro de 2016.

- **1º.** O desenho da logomarca, de conformidade com o projeto anexo, é composto pelo desenho do Tucker Torpedo, ícone principal do acervo do Museu Roberto Lee, em sua cor original, possui a cidade de Caçapava-SP e a escrita de Capital do Antigomobilismo.
- **2º.** A logomarca oficial da Capital do Antigomobilismo é exclusiva do Poder Público Municipal e será deverá ser utilizada por meio de impressos oficiais; em feiras, convenções ou eventos similares; nos veículos oficiais; na divulgação, publicidade e propaganda institucional e demais meios de comunicação, inclusive virtuais.

Art. 3º. Fica vedada a reestilização e/ou alteração de cores, tonalidades ou forma do Brasão do Município e a utilização de qualquer tipo de símbolo, frases, mensagens, logomarca, nomes, imagens ou qualquer outro meio de identificação partidária, pessoal ou particular de governo em conjunto com as logomarcas, estabelecida pelo Art. 1º da Lei Municipal nº 5186, de 02 de maio de 2013.

Art. 4º. Fica proibido o uso comercial das logomarcas por terceiros, exceto quando autorizado e conveniado com o Poder Público Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 14 de junho de 2023.

Pétala Gonçalves Lacerda

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 358, DE 14 DE JUNHO DE 2023

Projeto de Lei Complementar nº 03/2023

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Altera a Lei Complementar nº 348, de 22 de novembro de 2021, que dispõe sobre a criação da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município e dá outras providências.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI COMPLEMENTAR Nº 358

Art. 1º. Ficam alterados os Arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 8º, 11 e 22, da Lei Complementar nº 348, de 22 de novembro de 2021, que dispõe sobre a criação da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. A Procuradoria-Geral do Município, órgão jurídico e instituição de caráter permanente, tem por competência as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congênere**, bem como, privativamente, a representação judicial do Município, a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa e o processamento dos feitos relativos ao patrimônio municipal imóvel, sem prejuízo de outras atribuições compatíveis com a natureza de suas funções.” (NR)

“Art. 2º.

Parágrafo único. Os Procuradores do Município exercem privativamente as atividades de consultoria e, nos termos da lei, o assessoramento jurídico do Poder Executivo **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congênere**, bem como nos casos de interesse geral da Administração Pública Municipal.” (NR)

“Art. 3º.

.....

I - autonomia técnica: a competência para definir a orientação jurídica do Poder Executivo Municipal **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congênere**, nos termos desta Lei Complementar, observadas as normas que regem a Administração Pública;

.....” (NR)

“Art. 4º.

I - representar judicial e extrajudicialmente o Município **e a administração indireta, como autarquias, fundações e congênere;**

.....

III - definir a orientação jurídica da Administração Pública Municipal, fixando a interpretação das leis, a ser uniformemente seguida pelos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

IV - uniformizar os entendimentos jurídicos dos órgãos jurídicos da Administração Pública Municipal **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congênere** prevenindo e dirimindo as controvérsias, a fim de garantir a correta aplicação das leis, inclusive mediante a edição de súmulas administrativas;

V - assistir a administração municipal **e a administração indireta, como autarquias, fundações e congênere** no controle interno da legalidade dos atos;

VI - zelar pelo estrito cumprimento da legislação concernente ao Município, oficiando ao Prefeito(a) ou **outras autoridades** competentes, nos casos em que a adoção dessa providência se fizer necessária;

VII - representar a Fazenda Municipal **e a administração indireta, como autarquias, fundações e congênere** perante os Tribunais de Contas;

.....

IX - propor ao Prefeito(a) ou a outra autoridade municipal competente as medidas que se afigurem convenientes à defesa dos interesses do Município ou melhoria do serviço público municipal, especialmente nas áreas conexas à sua esfera de atribuições, incluindo a **administração indireta, como autarquias, fundações e congênere;**

X - manifestar-se previamente à celebração, por parte das unidades do Poder Executivo **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congênere**, de termos de compromisso de ajustamento de conduta em que haja assunção de obrigações pelo Município e demais entidades;

....." (NR)

"Art. 6º.

.....

III - assessorar o Executivo nas questões jurídicas, de legislação, nos processos que envolvam a gestão das diversas áreas, **incluindo a administração indireta, como autarquias, fundações e congênere;**

IV - representar em juízo o Município **e a administração indireta, como autarquias, fundações e congênere**, em todas as instâncias, bem como nos demais atos que exigirem o acompanhamento jurídico;

V - assessorar todas as secretarias, órgãos e unidades do Município **e a administração indireta, como autarquias, fundações e congênere**, nas questões de natureza jurídica relativas aos interesses do Município **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congênere**;

VI - defender os interesses do Município **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congênere** nos assuntos relacionados aos seus bens imóveis, ajuizando ações de reintegração de posse, reivindicatórias e de desapropriação;

VII - propor ao Prefeito a declaração de nulidade de atos administrativos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, **como autarquias, fundações e congênere**;

.....

IX - atuar nas ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e arguições de descumprimento de preceito fundamental de interesse do Município **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congênere**;

.....

XI - decidir sobre a posição processual da Fazenda Pública Municipal **englobando a administração indireta, como autarquias, fundações e congênere** nas ações civis públicas, ações populares e ações de improbidade administrativa;

....." (NR)

"Art. 8º.

.....

- 2º. Ao Coordenador de Apoio Administrativo compete:

.....

IX - fornecer, anualmente, ao Procurador-Geral, elementos destinados à elaboração da proposta orçamentária da Procuradoria do Município;

X - supervisionar o controle de frequência, pontualidade, serviços externos e os gastos do pessoal diretamente subordinado;

XI - propor programas de treinamento da Procuradoria-Geral, bem como indicar os servidores que deles tomarão parte;

XII - aprovar escala de férias e de substituição dos servidores da Procuradoria-Geral;

XIII - sugerir ao Procurador-Geral a instauração de sindicância ou inquéritos administrativos sobre irregularidades ocorridas na Procuradoria;

XIV - elaborar relatórios ao Procurador-Geral sobre as atividades do órgão;

XV - providenciar o fiel cumprimento das necessidades que envolvam a atividade-meio da Procuradoria, realizando tarefas de assessoria, planejamento, organização, coordenação, orientação, controle, execução análise e fiscalização das medidas e ações atinentes aos contratos e convênios administrativos geridos pela Procuradoria-Geral do Município, aos bens e almoxarifado de referido órgão;

XVI - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Procurador-Geral.

....." (NR)

"Art. 11. Sem prejuízo das atribuições previstas em outros diplomas legais, cabe ao Procurador do Município:

I - prestar a assessoria jurídica ao Poder Público municipal, judicial e extrajudicialmente, sugerir e recomendar providências para resguardar os interesses e dar segurança aos atos e decisões da Administração **direta e da administração indireta, como autarquias, fundações e congêneres**;

II - acompanhar todos os processos administrativos e judiciais de interesse da municipalidade, tomando as providências necessárias para resguardar os interesses da Administração Pública Municipal **direta e da administração indireta, como autarquias, fundações e congêneres**;

III - postular em juízo em nome da Administração Pública Municipal **direta e da administração indireta, como autarquias, fundações e congêneres**, com a propositura de ações e apresentação de contestação e avaliar provas documentais e orais, realizar audiências trabalhistas, cíveis e criminais, exclusivamente, na salvaguarda dos interesses do município;

.....

VI - transacionar em juízo até o valor estabelecido na Lei Municipal nº 5.026, de 05 de maio de 2011, após verificada a existência de interesse público, aprovado pelo Procurador-Geral, e, acima desse limite, com manifestação expressa da área financeira do Município e autorizada pelo Chefe do Executivo **ou autoridade competente**;

....." (NR)

"Art. 22

.....

III - requisitar cópias, documentos e informações das unidades administrativas do Município **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congêneres**, mediante recibo, a fim de instruir processos administrativos ou judiciais, bem como diligências de ofício visando esclarecimento de situações que possam conter potencial lesivo ao Erário Municipal;

IV - utilizar-se dos meios de comunicação do Município **e da administração indireta, como autarquias, fundações e congêneres**, quando o interesse do serviço o exigir;

V - atuar em todos os processos em que o Município ou **a administração indireta, como autarquias, fundações e congêneres** for parte, judicial ou extrajudicialmente, inclusive junto ao Tribunal de Contas do Estado e execução de dívida ativa, respeitadas as competências de cada procuradoria.

Parágrafo único. As requisições da Procuradoria do Município para a instrução dos processos e expedientes administrativos em curso, visando à defesa do interesse público e do Município de Caçapava ou **da administração indireta, como autarquias, fundações e congêneres**, em juízo ou fora dele, deverão ser atendidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta no prazo assinalado, **incluindo-se as autarquias, fundações e congêneres**, sob pena de responsabilidade.”(NR)

Art. 2º. Fica incluído o Art. 9ºA à Lei Complementar nº 348, de 22 de novembro de 2021, com a seguinte redação:

“Art. 9ºA Ficam criados na estrutura da Procuradoria-Geral do Município 10 (dez) empregos de Analista de Procuradoria para atuarem nas Procuradorias Administrativa, Judiciária, Tributária e Trabalhista.

- 1º Aos Analistas de Procuradoria compete:

I - pesquisar e coletar dados que se fizerem necessários para decisões na órbita administrativa;

II - desenvolver estudos fundamentados na legislação, doutrina e jurisprudência e efetuar pesquisas em geral;

III - realizar serviços e diligências junto a outros órgãos públicos, como protocolar petições e requerimentos, retirar autos em carga, extrair fotocópias, solicitar certidões e outras atividades análogas;

IV - examinar projetos de lei e outros atos normativos, sob a supervisão do Procurador do Município;

V - examinar e instruir processos judiciais e administrativos, sob a supervisão de Procurador do Município;

VI - redigir, digitar, imprimir, transmitir e arquivar trabalhos, inclusive através de recursos eletrônicos;

VII - fazer registro e pesquisas em banco de dados eletrônicos ou bibliográficos, nas áreas de atuação da Procuradoria do Município;

VIII - estudar, catalogar visando à sistematização da legislação de interesse da Procuradoria do Município;

IX - efetuar estudos buscando subsídios em outros órgãos da Administração que visem ao aproveitamento do resultado de pesquisas realizadas;

X - executar diligências de localização, busca e coleta de elementos informativos ou provas necessárias às atividades da Procuradoria do Município;

XI - acompanhar Procurador do Município em diligências e audiências, inclusive na qualidade de preposto;

XII - efetuar diligências junto aos registros públicos e repartições públicas na coleta de informações necessárias à Procuradoria do Município;

XIII - verificar e informar à Procuradoria do Município a situação de bens, valores relativos a processos ou expedientes;

XIV - prestar informações a outros órgãos e ao público, quanto ao andamento de processos judiciais e administrativos;

XV - executar outras tarefas correlatas de interesse das Procuradorias compatíveis com sua condição funcional.

- 2º Os empregos descritos nesse artigo serão providos por concurso público, observados os requisitos, referência e carga horária constante do Anexo IV.

Art. 3º. Fica criado o Anexo IV à Lei Complementar nº 348, de 22 de novembro de 2021, com a seguinte redação:

LEI COMPLEMENTAR Nº 348, de 22 de novembro de 2021

“ANEXO IV

EMPREGOS PÚBLICOS EFETIVOS CRIADOS

Quantidade	Denominação	Situação	Referência	Carga Horária	Lotação	Requisito
10	Analista de Procuradoria	Criado	XXX - R\$ 5.031,48	40h semanais	Procuradoria geral do Município	Superior Completo em Direito com inscrição na OAB

” (NR)

Art. 4º. Ficam criados no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Caçapava, para atender necessidade da Procuradoria-Geral do Município, 02 (dois) empregos públicos efetivos de Procurador do Município.

Art. 5º. Fica alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 348, de 22 de novembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

LEI COMPLEMENTAR Nº 348, de 22 de novembro de 2021

“ANEXO I

DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Emprego Público em Comissão	Carga Horária	Referência	Quantidade
-----------------------------	---------------	------------	------------

Procurador-Geral do Município – nomeado dentre os Procuradores do Município	40h/semanais	XXXVII – R\$ 13.000,00 incluindo o disposto nos Arts. 7º e 21 desta Lei Complementar	01
Emprego Público Permanente	Carga Horária	Referência	Quantidade
Procurador do Município	20h/semanais	I – R\$ 11.394,32	09

”(NR)

Art. 6º. Fica alterado o Anexo III da Lei Complementar nº 348, de 22 de novembro de 2021, especialmente quanto ao Coordenador de Apoio Administrativo que passa a vigorar com a seguinte redação:

LEI COMPLEMENTAR Nº 348, de 22 de novembro de 2021

“ANEXO III

EMPREGOS EM COMISSÃO CRIADOS E REALOCADOS

(...)

Quantidade	Denominação	Situação	Referência	Carga Horária	Lotação	Requisito
01	Coordenador de Apoio Administrativo	Realocado	XXXVI - R\$ 7.504,36	40h semanais	Procuradoria Geral do Município	Livre provimento, dentre os servidores efetivos concursados pertencente ao Quadro da Procuradoria do Município

(...)” (NR)

Art. 7º. Aos empregados públicos municipais efetivos, nomeados para o exercício de cargo em comissão na Procuradoria-Geral do Município serão mantidos os pagamentos dos benefícios de promoção por antiguidade, calculada sobre o vencimento auferido no cargo ocupado, bem como de adicional por tempo de serviço e sexta-parte, nos termos da Lei Municipal nº 4.832/2009, além de outros benefícios previstos na Legislação Municipal.

Art. 8º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 14 de junho de 2023.

Pétala Gonçalves Lacerda

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Caçapava - Edição nº 89, 16 de Junho de 2023

Pregão Presencial nº 001/2017, Processo Administrativo nº 113/2017 - EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Contratante: Prefeitura Municipal de Caçapava. Contratado: SPE TREMEMBÉ AMBIENTAL S.A, CNPJ: 42.972.930/0001-57, Valor total: R\$ 233.500,00; Vigência: 30 (trinta) dias, Início da Vigência: 23.05.2023; Término da Vigência: 23.06.2023; Objeto: Contratação de aterro sanitário.